I.1 – 50% em favor de MARIA PALMIRA TAVARES VEIGA, na condição de cônjuge, no valor de R\$2.865,94 (dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 31, §1º, inciso II, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.2 – 50% em favor de MARIA EDUARDA BARRETO DA ROSA VEIGA, na condição de filha menor, no valor de R\$2.865,94 (dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

Perfazendo o total de R\$5.731,87 (cinco mil setecentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Iraldo de Novais Veiga, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe II, mat. nº 676896/2, falecido em 01/10/2022.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/04/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da LC nº 039/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 919909

PORTARIA RET PS Nº 665 DE 27 DE MARÇO DE 2023

Dispõe sobre a REVISÃO do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1464913.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando a necessidade de revisão da pensão por morte concedida nos processos nº 2021/531765, 2021/756861 e 2021/1056653, em razão da inclusão das parcelas “gratificação de produtividade de monitoramento fiscal” e “gratificação de produção especial” na composição do benefício concedido originalmente por meio da PORTARIA PS Nº 2973, de 08/10/2021, deferido nos autos do processo em epígrafe, resolve:

I – Atualizar o valor dos proventos do benefício de pensão por morte concedido pela PORTARIA PS Nº 2973, de 08/10/2021, em favor de SILVINA FERNANDES NETO, na condição de companheira do ex-segurado Castorino Neto de Moraes Rodrigues, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFA/PA, onde ocupou o cargo de Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, matrícula nº 5279968/1, falecido em 24/03/2021, em decorrência da inclusão das parcelas “gratificação de produtividade de monitoramento fiscal” e “gratificação de produção especial” na composição do benefício de pensão por morte, que passará ao valor atualizado de R\$26.359,87 (vinte e seis mil trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

II – A revisão do benefício se efetivará a partir de 01/04/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, efetuando-se o encontro de contas entre o efetivamente pago e o novo valor inicial dos proventos, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002.

IV – Ficam mantidos os demais termos da concessão constantes na PORTARIA PS Nº 2973, de 08/10/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGPREV/PA

Protocolo: 919913

PORTARIA RET. PS Nº 0688 DE 28 DE MARÇO DE 2023

DISPÕE sobre a RETIFICAÇÃO do VALOR INICIAL DO benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/875664.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando o pedido de revisão de pensão formulado pela pensionista Cleucilene Cirilo da Silva, com fundamento no Decreto Estadual nº 674/2020, e considerando o parecer jurídico nº 489/2022-PGE, que enquadrou a morte por covid-19 do policial civil como acidente de trabalho, cuja forma de cálculo terá como base o disposto no art. 36-A § 3º inciso II; I - Retificar a PORTARIA PS Nº 452 de 18 de fevereiro de 2021, que concedeu a pensão por morte aos dependentes do ex-segurado Milkson Iralson da Silva Caetano, mat. 5858933/1, para correção do cálculo do benefício, com fundamento nos artigos 25-A, caput e §1º e 36-A, § 3º inciso II, ficando os percentuais e valores assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 - 33,33% em favor de CLEUCILENE CIRILO DA SILVA, na condição de companheira, no valor de R\$1.293,53 (um mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X, alínea “d”, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

I.2 - 33,34% em favor de LORENZA DA SILVA CAETANO, na condição de filha menor, no valor de R\$1.293,53 (um mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

I.3 - 33,33% em favor de THIAGO SEBASTIAN SOUZA CAETANO, na condição de filho menor, no valor de R\$1.293,53 (um mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

Perfazendo o total atualizado de R\$3.880,58 (três mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Milkson Iralson da Silva Caetano, pertencente ao quadro de servidores ativos da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, onde ocupava o cargo de Investigador de Polícia, mat. nº 5858933/1, falecido em 10/07/2020.

II - A retificação do valor do benefício se efetivará a contar de 01/04/2023, com efeitos retroagindo à data do óbito do ex-segurado (10/07/2020).

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 920266

PORTARIA RET PS Nº 0683 DE 28 DE MARÇO DE 2023

DISPÕE sobre a atualização DO VALOR do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/512294

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando o pedido de revisão formulado pela pensionista Marina de Souza Leal no processo nº 2021/512294, no qual requer a atualização do soldo aplicado na concessão do benefício, com fundamento na lei 7.807/2014, Resolve:

I – Atualizar o valor dos proventos de pensão por morte concedidos pela Portaria 2047 de 02 de julho de 2018 em favor de MARINA DE SOUZA LEAL, em razão da atualização do soldo e o recálculo do benefício de acordo com o anexo único da lei 7.807/2014, que passará ao montante atualizado de R\$9.492,98 (nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos).

II – A atualização do valor do benefício se efetivará a partir de 01/04/2023, sem efeitos financeiros retroativos, em consonância com a decisão de DIREX datada de 28/09/2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 920269